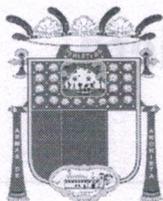


Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

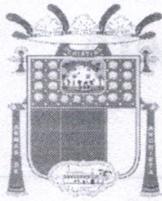
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA 153ª SESSÃO ORDINÁRIA (VIRTUAL), DA 8ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, REALIZADA EM 18 AGOSTO DE 2020. Às dezoito horas do dia dezoito de agosto do ano de dois mil e vinte, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, em ambiente virtual, conforme dispõe Resolução nº 03/2020, que iniciou, sob a presidência do Vereador Cleber Oliveira da Silva. Após, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde se verificou a presença de todos. Em seguida, o Sr. Presidente submeteu à votação da ata da sessão ordinária anterior, do dia 11/08/2020, que foi aprovada por unanimidade. Após, foi lido o material do expediente, onde constava: 1) Indicação nº 347/2020 de autoria do vereador José Maria Brandão; 2) Indicação nº 339/2020 de autoria do vereador Alexandre Assad; 3) Indicações nºs 344/2020, 345/2020 e 346/2020 de autoria da vereadora Tereza Mezadri; 4) Indicação nº 334/2020 de autoria do vereador Renato Lorencini; 5) Indicações nºs 340/2020, 341/2020, 342/2020 e 343/2020 e autoria do vereador Richard Costa; 6) Indicações nºs 335/2020, 336/2020, 337/2020 e 338/2020 de autoria do vereador Cleber Pombo; 7) Requerimentos nºs 59/2020 e 60/2020 de autoria do vereador José Maria Brandão, que foram aprovados por unanimidade; 8) Moções nºs 67/2020, 68/2020, 69/2020 e 70/2020 de autoria do vereador Cleber Pombo, que foram aprovadas por unanimidade; 9) Moção nº 71/2020 de autoria da vereadora Tereza Mezadri, que foi aprovada por unanimidade; 10) Moção nº 72/2020 de autoria do vereador José Maria Brandão, que foi aprovada por unanimidade; 11) Projeto de Lei nº 56/2020 – Dispõe sobre denominação de rua no Distrito de Iriri e dá outras providências, de autoria do vereador Renato Lorencini. Terminada a leitura do material do expediente, o Sr. Presidente passou a hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com artigo 4º, §1º da Resolução nº 03/2020, passaram a fazer uso dos seus cinco minutos de pronunciamento. **O primeiro a fazer uso da palavra foi o vereador Geovane Meneguella**, que iniciou suas palavras falando de algo que foi muito comentado, mencionado nesses dias, que foi um parecer emitido pelo Ministério Público de Contas, onde está pedindo e dando encaminhamento à rejeição das contas do Prefeito Fabrício Petri em relação ao ano de 2017. Disse que ficou muito preocupado com isso, porque aquele relatório do Ministério Público de Contas apontou alguns erros graves, e para este vereador, o mais grave veio depois que isso veio à tona. Que algumas pessoas trouxeram informações, tentando explicar, justificar, mas trouxeram uma informação de extrema relevância que, de fato, uma das coisas apontadas pelo ministério público em contas, foi que em 2017 o município usou royalties para pagar conta que não poderia ser paga com royalties. Pediu ao Sr. Presidente que coloque como pedido de informação, pois a informação que veio é que o município reconheceu isso e nos anos seguintes devolveu esse recurso. Isso é muito sério, muito grave e vai querer uma explicação do Secretário de Fazenda. Essas questões apontadas pelo Ministério Público de Contas, tem certeza que, este vereador, como relator da comissão de finanças e orçamento tem obrigação de estar entendendo cada uma delas, até mesmo pelo seu exercício. Acredita que o prefeito deve estar muito preocupado, porque se as contas dele de 2017 deu problema, fica imaginando as contas dos anos seguintes onde tem a transação da Samarco. E aí fica claro para este vereador que é preciso os vereadores voltarem a analisar as contas com relação a negociação que foi entre a prefeitura e a Samarco. Falou que estão buscando o tempo todo estudar o caso Samarco, mas sempre tiveram dificuldades. Perceberam que o prefeito ficou chateado, aborrecido com isso, mas até o momento não o viu publicar uma nota, se manifestar nas redes sociais. Está esperando o prefeito se manifestar, acha que é importante que o mesmo



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

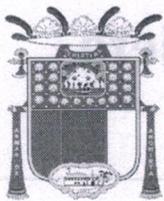
responda a sociedade e explicar o que aconteceu com as contas de 2017. É claro que, sabemos que isso tudo ainda vai ser julgado pelo Tribunal de Contas. No primeiro momento, as contas do prefeito estão sendo encaminhadas com orientação técnica do ministério público de contas para a rejeição. Mas, fica a cargo dos conselheiros do tribunal de contas decidir, se vai acatar isso ou não. Em seguida, mais uma vez, pediu ao prefeito que se manifeste sobre isso nas redes sociais. Que fale sobre isso, porque foi um assunto que circulou muito na cidade. Finalizou dizendo que como relator da Comissão de Finanças solicitou uma audiência junto ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público de Contas e a área técnica, para entender esse parecer emitido em relação as contas de 2017. **Após, fez uso da palavra o vereador Renato Lorencini**, que começou falando sobre uma indicação que fez hoje, fruto do gabinete itinerante na região de São Mateus, Baixo Pongal, Itapeúna, Arerá, Emboacica. Citou algumas das demandas que lhe foram encaminhadas, como por exemplo, a reforma da quadra de Baixo Pongal e de São Mateus. Melhoria e a manutenção no sistema de água, principalmente em São Mateus, que é um problema de lá. Melhoria no sistema de esgoto da comunidade de Baixo Pongal. E também, melhoria no sistema de energia elétrica em Arerá, pois a comunidade está crescendo e estão tendo problema com esta questão. E outra reclamação que teve foi em relação as unidades de saúde, pois este atendimento esteve prejudicado em questão da covid, por isso, está indicando a secretária de saúde que tome providências para que o serviço seja retomado em sua plenitude e atenda aquelas regiões. Agradeceu as regiões mencionadas que participaram do gabinete itinerante, que encaminharam suas demandas. Disse ainda que estão com o gabinete itinerante desta semana para as comunidades de Nova Esperança, Nova Jerusalém e Bairro Benevente. E se as pessoas dessas comunidades desejarem participar, que encaminhe suas demandas através das redes sociais, para que possa recebê-las e encaminhar ao Executivo Municipal. **Logo após, fez uso da palavra o vereador Richard Costa**, que iniciou falando que hoje seu pronunciamento é único e exclusivo no sentido de preocupação com o futuro de Anchieta, com o futuro do Estado e do nosso País. Disse que as pessoas estão acompanhando a orientação da OMS, que na sua opinião, se liberaram praias, comércios, o risco já estava alto na mesma semana, ou seja, não foi a liberação dos comércios e das praias que ocasionou o aumento para que alcançássemos o risco alto na tabela do estado. Lamenta as decisões que estão sendo tomadas. Sabe que iremos viver tempos difíceis. O governo federal começou a falar em imprimir dinheiro. Quem é mais experiente, que já viveu esta experiência de governos federais passados que imprimiu dinheiro sabe o que acontece com a inflação, sabe o que acontece com o nosso dinheiro em relação a outras moedas. Vamos enfrentar um problema de infração. Disse ainda que em relação ao covid, o melhor lugar para estar é ao ar livre, no sol, porque se aumenta a imunidade. Então se proíbe o cidadão de frequentar praia, tomar sol, tomar ar puro, a pessoa fica confinada, contamina a família e o contágio é muito maior. Falou também que as doenças de ansiedade e depressão aumentaram significativamente no nosso País, no nosso estado e provavelmente em nosso município. E o que vemos é redução de carga horária de quem gera emprego e de quem gera renda. Essa é sua preocupação. Está desapontado, em votar nas pessoas, em colocar as pessoas no poder e depois definirem se pode ou não trabalhar e ganhar dinheiro para colocar as contas em dia, e definir o dia que posso ou não ir à praia. Para este vereador é um absurdo total, é um regime ditatorial, não é um regime democrático. Está desapontado, desanimado, frustrado, porque acha que não são atitudes e fala para todas as esferas, para todos em quem votou: o Prefeito Fabrício, Governador Renato e o Presidente Bolsonaro,



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

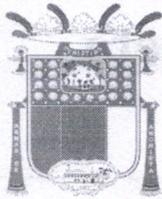
que não existe dizer se o cara pode ou não ir à praia. Não existe esse negócio de dizer que o cara não pode abrir o comércio. Então está decepcionado, desapontado, desanimado e preocupado com o futuro de nossa gente, e não adianta, que a conta vai chegar. **Em seguida, fez uso da palavra o vereador Professor Robinho**, que iniciou sua fala dizendo que na semana passada tivemos um assunto que foi muito falado, que foi o Parecer do Ministério Público de Contas. Esse parecer de nº 194/2020, tem ali pontos que está preocupado, porque é uma das coisas é a questão da abertura de crédito adicional utilizando fonte de recurso em lastro financeiro. Um outro ponto é a questão do uso dos royalties. E dentro desse parecer do ministério público de contas, precisa mencionar que em 2019, conhecendo essa situação de que estava sendo utilizado os royalties para pagar ticket alimentação, fez um ofício ao prefeito, e nesse perguntou qual a fonte de pagamento do cartão alimentação, e lhe foi respondido que era a conta royalties. Então, vê isso com uma preocupação muito grande, uma preocupação porque já teve esse apontamento na conta de 2017. Está estudando essa matéria, entendendo melhor todas essas demandas trazida pelo Ministério Público de Contas e vai fazer alguns questionamentos ao prefeito para que ele possa sanar dúvidas que tem. Disse que é importante que ao longo desse mandato, ao longo dos anos fez sempre aqui uma emenda de 20%, porque pensa que ter dado 60% perdem o poder de fiscalizar, e agora estão vendo aqui a abertura de crédito adicional utilizando fonte de recurso sem lastro financeiro. Isso quer dizer que, lá trás, quando este vereador propôs suas emendas estava correto. Disse ainda que não estão sentenciando ninguém, querem entender toda essa situação, querem conhecer de perto todos esses pontos, até porque também é membro da comissão de finanças e orçamento. **Logo após, fez uso da palavra o vereador Sérgio Luiz da Silva Jesus**, que começou dizendo que, mediante essas notícias que foram veiculadas teve a preocupação de estar buscando algumas informações. Respeita o posicionamento de cada um. Dúvidas realmente tem, porque é uma matéria muito complexa. É uma matéria orçamentária, e que quando assumiram tem que ter o empenho e cada vez mais buscar o estudo. Uma vez que é obrigação dos vereadores de quando vem as contas, a questão da aprovação. Mas mesmo assim, enquanto cidadãos devemos buscar a questão da fiscalização. Disse que foram eleitos democraticamente, mas a população tem a sua voz, tem o seu poder também. São fiscalizadores. Então, alguns levantamentos que podemos ver em relação a isso é que lá no parecer quando se fala na questão dos royalties, o entendimento que o ministério público de contas tem é que não pode usar a fonte de royalties para pagamento de despesa do quadro permanente de pessoal. É uma discussão que vem rolando há anos, porque o tribunal de Contas não tem o entendimento, para essa dúvida, se a questão do ticket alimentação é ou não, se entra como despesa de pessoal. Fica pairando essa dúvida. Até hoje não se tem entendimento. O que acontece é que o tribunal de contas vem aprovando as contas, não o ministério público de contas, porque este último é outro órgão. Então o Tribunal de contas emite o parecer prévio e é este parecer que é submetido à Casa e os vereadores fazem a deliberação acerca dele. Então a dúvida é justamente essa: se pode ou não pagar com o recurso dos royalties neste caso, porque entende-se que o ticket alimentação não é gasto com pessoal, porém ele faz parte do despesa de quadro permanente de pessoal. É uma dúvida que o próprio Tribunal de Contas tem. Isso é não é somente em Anchieta. É em Itapemirim, Maratáizes, Presidente Kennedy. Todas essas prefeituras fizeram esse tipo de pagamento, tiveram também essa dúvida e sempre vem mantendo contato para saber se é ou não. Mas acerca desse assunto, o Tribunal de Contas entrou em consenso para que não utilize essa modalidade, mas todas as contas do



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que foi feita para trás serão aprovadas, porém com essa ressalva. Lembrando que ressalva não rejeita conta, prova disso é que Colatina caiu na mesma situação de Anchieta e teve suas contas de 2017 julgadas e já foram aprovadas com ressalva. Os vereadores devem sim pesquisar, mas devem deixar e aguardar a deliberação do Tribunal de Contas que fará seu julgamento para então verem. Caso não desça, a próxima legislatura vai pegar e fazer o estudo acerca do assunto. Disse ainda que em 2017 a prefeitura por precaução, como tinha esse entendimento pode não pode, por precaução fez a devolução da questão dos royalties de petróleo, isso por mera preocupação, não porque está errado ou deixe de estar. E em relação à questão do lastro financeiro, acha que não foi porque deram 60% de suplementação que perdem o poder de fiscalizadores. **Após, fez uso da palavra o vereador Tássio Brunoro**, que iniciou dizendo que tudo tem seu tempo, e acredita que todos já ouviram falar sobre isso. Disse que quando falam em relação as contas do Prefeito Fabrício em relação a 2017, tem muita coisa ainda para ser analisado pelo próprio tribunal, e aqui parece que já há uma condenação, e não é isso. O povo precisa compreender isso, e estão antecipando demais essa discussão, que deverá é claro, os vereadores terem os olhos atentos, o povo que também é fiscal, e a administração que também terá tempo hábil para apresentar documentos, para fazer recursos, enfim, demonstrar a versão do município em relação ao entendimento do ministério público de contas. Finalizou dizendo que estão antecipando demais uma coisa, e já sabem até qual é a razão. **Em seguida, fez uso da palavra o vereador Alexandre Assad**, que começou falando sobre o colega vereador José Maria, dizendo que é um vereador atuante, que batalha por boas causas desta Casa, que luta o bom combate, que sempre esteve à disposição da população de Anchieta, à disposição de sua comunidade, um verdadeiro lutador. Que honra cada vota que lhe foi dado. E diz isto porque o vereador José Maria nesta última semana, foi alvo juntamente com outras pessoas de um ato que demonstra todo autoritarismo, que demonstra, toda a visão despótica e ditatorial desta gestão. Um governo que não sabe lidar com o contraditório. Um governo que quer que todas as pessoas digam sempre amém. Que esta Casa de vereadores diga sempre amém, para todo e qualquer ato praticado, seja ele correto ou seja errado. Deixou sua solidariedade ao vereador José Maria, dizendo que tem a certeza que aquele vereador tem a consciência tranquila, porque é um trabalhador, um batalhador, sempre de cabeça erguida. Disse que a verdade sempre aparece, como acabou aparecendo em relação ao fato que gerou toda a celeuma, o parecer prévio do ministério público de contas do estado do ES, órgão técnico vinculado ao tribunal de contas deste estado, que deliberou um parecer prévio pela rejeição das contas de 2017 do prefeito Fabrício Petri. O vereador Alexandre desafiou qualquer um nesta Casa e a qualquer outro, a desafiar a lhe desmentir, a dizer que não está dizendo a verdade, pois é fato documentado, é fato que qualquer cidadão pode adentrar no site daquela instituição e averiguar. Disse que está lá, a área técnica que o ministério público de contas deliberou pela rejeição das contas de 2017 do prefeito Fabrício Petri, mas infelizmente como disse, essa é uma gestão que tem dificuldade em lidar com o contraditório, tem dificuldade em lidar com a verdade, criaram toda uma celeuma jurídica e impuseram ao vereador e um grupo de pessoas uma punição. E aí, discute-se juridicamente se está certo ou se está errado. Mas está comprovado que a gestão tem muita dificuldade em lidar com o contraditório. Gestão essa, que é muito boa de propaganda. Uma gestão que veio há três anos iludindo a população do município. Fazendo uma economia baseado no sofrimento do povo anchietense. Uma gestão que vai faturar em quatro anos, uma quantia superior a um bilhão de reais. Onde está para falar da crise? Onde está a crise dos últimos

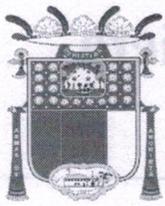


Câmara Municipal de Anchieta

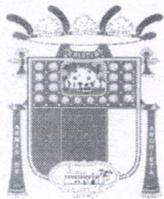
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

anos? Perguntou. Mas de um tempo para cá, o dinheiro aparece. Obras e mais obras, empregos a vontade. Falou que seria ótimo se esses empregos fossem perenes, constantes. Externou mais uma vez sua solidariedade ao vereador José Maria, de que os fatos apontados pelo ministério público de contas merecem ser analisados com mais atenção por esta Casa, pois falam de inconsistências muito graves, como já foi dito, a abertura de crédito suplementar sem autorização legislativa, abertura de crédito sem um lastro financeiro, uso dos royalties para pagamento de verbas que são vedadas, o que pode caracterizar até mesmo pedaladas fiscal, quando se diz que usou-se o recurso, mas se devolveu. É a clássica e típica pedalada fiscal, mas será analisado mais à frente pelos conselheiros do tribunal de contas. O fato verídico é que o ministério público de contas deu um parecer pela rejeição das contas de 2017 do prefeito Fabricio Petri. Quem quiser que fique à vontade para lhe provar o contrário. **Em seguida, fez uso da palavra o vereador José Maria Brandão**, que iniciou agradecendo aos nobres colegas que se colocaram em sua defesa em relação a esse processo de tribunal de contas, ministério público de contas que apareceu semana passada. Disse que, infelizmente algumas pessoas foram induzidas a lhe chamarem de bandido, de moleque, de outros adjetivos que não vai citar aqui, mas quanto a isso vai tomar providência também diante da justiça, para aqueles que falaram o que tiveram de falar sem pensar e ainda os que compartilharam. Mas, não vai aqui, inibir ninguém de falar o que quer, porque estamos num país democrático, mas nesta cidade, democracia foi esquecida há muito tempo. Democracia não existe aqui, existe um grupo de pessoas intimidadoras, que intimidam e que querem calar a verdade. Foi constrangido dentro do possível, e também vai tomar providência a respeito desta situação. Mas o que quer falar é que o parecer do Ministério Público de Contas pede a rejeição das contas de 2017, e daqui há pouco, irá ler o que foi escrito no processo. Disse que foi passado por um mentiroso, mas não mentiroso. Falou ainda que ontem esteve no cemitério para um sepultamento de um senhor de Goimbê e se deparou com uma situação bem trágica naquele local. Falou que já fez três indicações e alguns colegas também já fizeram, para falar da situação do cemitério de Anchieta. E hoje, tem apenas oito vagas, segundo os coveiros daquele local. E todos sabem que o município não tem um plano para se fazer um novo cemitério. E um projeto para um cemitério não se faz da noite para o dia. Então, vamos entrar em estado de calamidade, se morrerem mais pessoas de covid ou de outras doenças. E que vai perguntar ao prefeito onde iremos enterrar nossos entes queridos, se isso vier a acontecer. Disse que a população poderá também cobrar essa situação, e se não quiserem acreditar neste vereador, que vá ao cemitério e conversem com os coveiros e lá verão que não está falando mentira, e sim a verdade. Agradeceu a presença do prefeito com alguns vereadores na comunidade de Belo Horizonte. Falou que não foi convidado para tal, nem seria e nem iria também. Mas o prefeito esteve na comunidade de Belo Horizonte para inaugurar uma reforma de caixa d'água e uma pintura de escola. Vergonhosamente a comunidade recebeu desta gestão uma reforma de caixa d'água e uma pintura de escola. Falou que não é obrigado a ir a uma inauguração e que nunca viu isso, mas que em 2020 está acontecendo tudo. Em seguida, o vereador leu o parecer do Ministério Público de Contas do Estado do ES, dizendo que quem estiver lhe assistindo o julgue pela razão e não pelo coração. Fez a seguinte leitura: "Em suma, a prestação de contas está maculada pela prática de graves infrações. E mais abaixo diz assim: Seja emitido o parecer prévio recomendando ao legislativo municipal a rejeição das contas do exercício municipal do ano de 2017". Disse que não é este vereador que fala, mas o ministério público de contas. Em seguida leu um parecer da área técnica do tribunal de

5



contas, que diz: “Tendo em vista o que determina a legislação pertinente no que tange ao aspecto técnico contábil, opina-se que essa corte de contas recomenda ao Poder Legislativo de Anchieta a rejeição da presente prestação de contas do exercício de 2017”. Após a leitura, o vereador José Maria perguntou: aonde foi que menti? pois não disse em nenhum momento que a corte julgou, não falou que o ministério público rejeitou, os conselheiros daquele tribunal julgou o parecer. Este vereador falou que, conforme está no site: “Ministério Público e Tribunal de Contas rejeitam contas de 2017”. Então que digam onde mentiu e lhe julguem pela razão e não pelo coração. Finalizou fazendo um convite ao prefeito para que vá no Jornal Aqui Notícia, que ele paga cinquenta e nove mil e quinhentos em 2017, e setenta mil em 2018 para publicar propaganda da prefeitura, inclusive, publicar essa notícia. Gostaria que o prefeito fizesse o mesmo, que desminta este vereador no Jornal Aqui Notícia, onde ele publicou. **Logo após, fez uso da palavra o vereador Beto Caliman** o qual começou sua fala dizendo que, a oposição tentando trazer um incêndio com uma coisa tão simples, tentando fazer de uma fâisca uma grande fogueira. Um incêndio sem magnitude. E que o Tribunal de Contas não deu nenhum parecer ainda, ele não reuniu ainda o seu colegiado, foi simplesmente um manifesto do ministério público de contas, e isso é normal. Ainda bem que esse manifesto do ministério público de contas não foi referido a corrupção do prefeito. Não foi se referindo a desvio milionários ao erário. Não é por roubo, mas sim, por um ato que foi feito, que vários e vários municípios dentro do nosso estado e fora do nosso estado pagam o ticket alimentação com royalties do petróleo. Disse que, em tese, não se pode gastar royalties com pessoal, ou seja, pagar folha de pagamento ou vale refeição. Muitos municípios assim o fazem. Fica observando que se fala da suplementação, mas eles votaram aqui a LDO que o prefeito mandou para a Casa, aprovaram a LOA também, ou estão com amnésia? Ou se esqueceram disso? Agora querem fazer fumaça, querem incendiar? Perguntou ainda: Porque no passado, quando foram votar esse projeto do prefeito, de suplementação e da LOA não viram isso? Porque agora estão vendo isso aí? Disse: Porque é época de eleição. E agora o que vão fazer é denunciar mesmo. Todos querem denunciar, todos querem tirar uma casquinha. Mas que devem disputar a eleição com seriedade, com propostas, e não com acusações infundadas. Disse que este vereador continua apoiando o prefeito. Falaram que o prefeito está dando emprego, então que maravilha que está dando emprego. Falaram que está fazendo obras, que maravilha que o prefeito está fazendo obras em nosso município, se não tivesse também estariam aqui neste momento criticando. Mas estar fazendo obras e dando emprego é crime? Perguntou. Finalizou dizendo que o seu apoio é irrestrito ao prefeito Fabrício Petri. Pela ordem, o vereador Alexandre disse que ninguém aqui é contra a geração de emprego, ao contrário, foi um dos que sempre defendeu nesta Casa que o município tivesse políticas públicas e desenvolvimento para gerar emprego. Mas que, emprego fictício, próximo a período eleitoral, obras próximo ao período eleitoral, isso não podem aceitar. Pela ordem, o vereador Professor Robinho disse que precisa falar duas coisinhas. Uma é porque o nobre colega fala vereadores da oposição, então que ele nominasse esses vereadores. E outra, em relação a LDO, que falou que todos votaram, mas lá tem uma palavra de realce “até 60%”. E não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente passou para a Ordem do Dia e solicitou do Secretário que fizesse a chamada dos senhores vereadores. Em seguida, foi feita a leitura do material constante na **Ordem do Dia: Em 2ª Discussão: 1) PROJETO DE LEI Nº 02/2020 – Proíbe a cobrança de consumação mínima e venda casada e dá outras providências, de autoria do vereador Beto Caliman.** Logo após, o Sr. Presidente concedeu a palavra aos



Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

vereadores que desejassem se manifestar acerca do projeto em discussão. Não havendo vereadores que desejassem se manifestar, o Sr. Presidente passou para as matérias em VOTAÇÃO: 1) PROJETO DE LEI Nº 70/2019 – Estabelece o direito de preferência na tramitação dos requerimentos de pagamentos e diárias aos motoristas lotados na Prefeitura Municipal de Anchieta, de autoria do vereador Geovane Meneguella, que foi aprovado por 9 (nove) votos favoráveis e uma abstenção do vereador Tássio Brunoro; 2) MENSAGEM DE VETO Nº 05/2020 – Veto Total ao Projeto de Lei nº 40/2019, de autoria do Poder Legislativo, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para investimentos em implantação ou ampliação de plantas industriais, comerciais ou de serviço no município de Anchieta, e dá outras providências. Antes de submeter a votação da referida Mensagem de Veto, o Sr. Presidente solicitou o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitiu Parecer Favorável. Em seguida, a Mensagem de Veto nº 05/2020 foi submetida à votação do Plenário, a qual houve empate de 5 (cinco) votos favoráveis dos vereadores: Renato Lorencini, Beto Caliman, Tereza Mezdari, Tássio Brunoro, Sérgio Luiz de Jesus e 5 (cinco) votos contrários dos vereadores: Professor Robinho, Geovane Meneguella, Alexandre Assad, José Maria Brandão, Richard Costa. Havendo empate na votação, o Sr. Presidente passou a presidência ao seu vice para que pudesse proferir seu voto de desempate, votando favorável a mensagem de veto. Desta forma, a Mensagem de Veto nº 05/2020 foi aprovada (acatada) por 6 (seis) votos favoráveis e 5 (cinco) contrários; 3) MENSAGEM DE VETO Nº 06/2020 – Veto Total ao Projeto de Lei nº 17/2020, de autoria do Poder Legislativo, que institui incentivos fiscais ao setor de turismo e terciário (comércio de bens e prestação de serviços) do município de Anchieta/ES. Antes de submeter a votação da referida Mensagem de Veto, o Sr. Presidente solicitou o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitiu Parecer Favorável. Em seguida, a Mensagem de Veto nº 06/2020 foi submetida à votação do Plenário, a qual houve empate de 5 (cinco) votos Contrários dos vereadores: Richard Costa, Professor Robinho, José Maria Brandão, Geovane Meneguella, Alexandre Assad e 5 (cinco) votos Favoráveis dos vereadores: Sérgio Luiz, Tássio Brunoro, Tereza Mezdari, Beto Caliman, Renato Lorencini. Havendo empate na votação, o Sr. Presidente passou a presidência ao seu vice para que pudesse proferir o seu voto de desempate, votando contrário ao mencionado veto. Sendo assim, a Mensagem de Veto nº 06/2020 foi Rejeitada por 6 (seis) votos contrários e 5 (cinco) votos favoráveis. E, não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente sessão. Para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada, juntamente com o Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
MESA DIRETORA

Cleber Oliveira da Silva Presidente

Geovani M. Louzada Vice-Presidente

Roberto Quinteiro Bertulani Secretário



...deixassem se manifestar acerca do projeto em discussão. Não havendo
 ...deixassem se manifestar, o Sr. Presidente passou para as matérias em
 VOTAÇÃO: 1) PROJETO DE LEI Nº 302019 - Estabelece o direito de preferência na
 aquisição dos equipamentos de pagamento e diárias aos motoristas lotados na Prefeitura
 Municipal de Anchieta, de autoria do vereador Giovanni Meneguelli, que foi aprovada por 9
 (nove) votos favoráveis e uma abstenção do vereador Tássio Brunoro; 2) MENSAGEM DE
 VETO Nº 052020 - Veto Total ao Projeto de Lei nº 402019, de autoria do Poder
 Legislativo, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para investimentos em
 implantação ou ampliação de plantas industriais, comerciais ou de serviços no município de
 Anchieta, e dá outras providências. Antes de submeter a votação da referida Mensagem de
 Veto, o Sr. Presidente solicitou o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação
 Final, que emitiu Parecer Favorável. Em seguida, a Mensagem de Veto nº 052020 foi
 submetida à votação do Plenário, a qual houve empate de 5 (cinco) votos favoráveis dos
 vereadores Renato Lorenzini, Beto Caliman, Tereza Mexalê, Tássio Brunoro, Sérgio Luis
 da Jesus e 5 (cinco) votos contrários dos vereadores Professor Robinson, Giovanni
 Meneguelli, Alexandre Assad, José Maria Brandão, Richard Costa. Havendo empate na
 votação, o Sr. Presidente passou a presidência ao seu vice para que pudesse proferir seu
 voto de desempate, votando favorável a mensagem de veto. Desta forma, a Mensagem de
 Veto nº 052020 foi aprovada (acatada) por 6 (seis) votos favoráveis e 5 (cinco) contrários;
 3) MENSAGEM DE VETO Nº 062020 - Veto Total ao Projeto de Lei nº 172020, de
 autoria do Poder Legislativo, que institui incentivos fiscais ao setor de turismo e terciário
 econômico do país e prestação de serviços) do município de Anchieta. Antes de
 submeter a votação da referida Mensagem de Veto, o Sr. Presidente solicitou o Parecer da
 Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, que emitiu Parecer Favorável. Em
 seguida, a Mensagem de Veto nº 062020 foi submetida à votação do Plenário, a qual houve
 empate de 5 (cinco) votos contrários dos vereadores Richard Costa, Professor Robinson,
 José Maria Brandão, Giovanni Meneguelli, Alexandre Assad e 5 (cinco) votos favoráveis
 dos vereadores Renato Lorenzini, Beto Caliman, Tereza Mexalê, Tássio Brunoro, Sérgio Luis
 Lorenzini. Havendo empate na votação, o Sr. Presidente passou a presidência ao seu vice
 para que pudesse proferir o seu voto de desempate, votando contrário ao mencionado veto.
 Sendo assim, a Mensagem de Veto nº 062020 foi rejeitada por 6 (seis) votos contrários e 7
 (sete) votos favoráveis. E, não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente declarou
 encerrada a presente sessão. Para constar, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada,
 juntamente com o Sr. Presidente e demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa
 de Lei.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
 MESA DIRETORA
 Cleber Oliveira do Silva Presidente
 Giovanni M. Louzada Vice-Presidente
 Roberto Quintão Bertolini Secretário